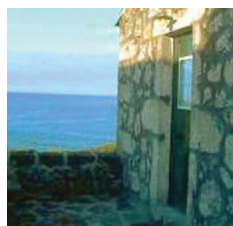
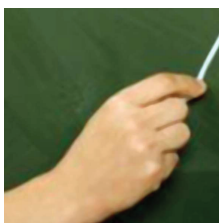
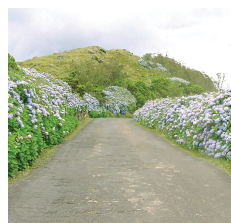


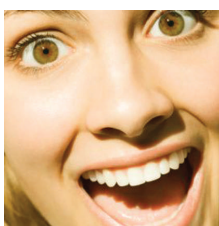
A OPÇÃO CORRETA,  
NO MOMENTO CERTO!



**ESCOLA PROFISSIONAL**  
MONSENHOR JOÃO MAURÍCIO  
DE AMARAL FERREIRA



**ANO LETIVO**  
**2017/2018**



**AÇORES**  
2020



GOVERNO  
DOS AÇORES

**PORTUGAL**  
2020



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Social Europeu



# REGULAMENTO

## AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS DOS FORMANDOS

### CONTACTOS

- > **Local** Rua 1.º Barão das Laranjeiras, n.º12
- > 9650 - 418 Povoação
- > **Telf.** 296 550 020
- > **Fax** 296 550 025
- > **epp**@eppovoacao.pt
- > **Site:** [www.eppovoacao.pt](http://www.eppovoacao.pt)

## Índice

<b>CAPÍTULO I – Avaliação</b>	<b>2</b>
Artigo 1.º - Princípios Gerais	2
Artigo 2.º - Objeto e Finalidades	2
Artigo 3.º - Intervenientes	2
Artigo 4.º - Avaliação Diagnóstica	3
Artigo 5.º - Avaliação Formativa	3
Artigo 6.º - Avaliação Sumativa	4
Artigo 7.º - Momentos de Avaliação	4
Artigo 8.º - Conselho de Curso de Avaliação	5
<b>CAPÍTULO II - Coordenador de Curso</b>	<b>6</b>
Artigo 9.º - Competências	6
Artigo 10.º - Critérios e Procedimentos de Avaliação	6
Artigo 11.º - Registo e Publicitação da Avaliação	6
Artigo 12.º - Comunicação da Avaliação	7
Artigo 13.º - Participação dos Formandos na Avaliação	7
Artigo 14.º - Participação dos Encarregados de Educação na Avaliação	7
<b>CAPÍTULO III - Avaliação Ordinária</b>	<b>8</b>
Artigo 15.º - Segunda Oportunidade	8
Artigo 16.º - Avaliação Extraordinária	8
Artigo 17.º - Avaliação Extraordinária Suplementar	9
Artigo 18.º - Conclusão do Curso	10
Artigo 19.º - Classificações	10
Artigo 20.º - Classificação Final do Curso	10
Artigo 21.º - Reclamações e Recursos	10
Artigo 22.º - Revisão do Regulamento de Avaliação das Aprendizagens dos Formandos	10
Artigo 23.º - Disposições Finais	10

## REGULAMENTO DE AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS DOS FORMANDOS

### CAPÍTULO I – Avaliação

#### Artigo 1.º - Princípios Gerais

1. A avaliação consiste no processo regulador das aprendizagens, orientador do percurso escolar e certificador das diversas aquisições realizadas pelos formandos.
2. A avaliação tem por objeto a aferição de conhecimentos, competências e capacidades dos formandos e a verificação do grau de cumprimento dos objetivos globalmente fixados para os níveis ensino/educação, bem como para os cursos e disciplinas neles integrados.

#### Artigo 2.º - Objeto e Finalidades

1. A avaliação incide:
  - a) Sobre as aprendizagens previstas no programa das disciplinas de todas as componentes de formação, no plano da Formação em Contexto de Trabalho, adiante designada de FCT, e no âmbito da Prova de Aptidão Profissional, doravante designada de PAP;
  - b) Sobre as competências identificadas no perfil de desempenho à saída do curso;
  - c) Sobre as atitudes, os valores e comportamentos dos formandos, designadamente responsabilidade, relações interpessoais, autonomia, iniciativa (interesse e empenho), postura, assiduidade e pontualidade.
2. A avaliação assume carácter diagnóstico, formativo e sumativo, visando:
  - a) Informar o formando e o encarregado de educação, quando for o caso, sobre os progressos, as dificuldades e os resultados obtidos na aprendizagem, esclarecendo as causas de sucesso ou insucesso;
  - b) Adequar e diferenciar as estratégias de ensino, estimulando o desenvolvimento global do formando nas áreas cognitiva, afetiva, relacional, social e psicomotora;
  - c) Certificar os conhecimentos e competências adquiridos;
  - d) Contribuir para a melhoria da qualidade do sistema educativo, possibilitando a tomada de decisões para o seu aperfeiçoamento e reforço da confiança social no seu funcionamento.

#### Artigo 3.º - Intervenientes

1. Intervêm no processo de avaliação:
  - a) O formador;
  - b) O formando;
  - c) O Coordenador de Curso;
  - d) O Conselho de Curso;
  - e) O formador orientador da FCT;
  - f) O tutor designado pela entidade de acolhimento do formando, durante a FCT;
  - g) Os órgãos e estruturas de gestão e de coordenação pedagógica da EPMJMAF;
  - h) O encarregado de educação dos formandos menores;
  - i) Representantes das associações empresariais, profissionais e sindicais;
  - j) Personalidades de reconhecido mérito na área da formação profissional ou nos sectores profissionais afins ao curso;
  - k) Serviços com competência em matéria de apoio sócio-educativo;

- l) A administração educativa.
2. A intervenção e participação dos órgãos, estruturas e entidades previstos no número anterior assumirão as formas previstas na lei, ou, nas matérias que se inserem no âmbito da autonomia da Escola, nos instrumentos aprovados pelos órgãos competentes, de acordo com o regime jurídico aplicável à entidade formadora.
  3. Podem ainda participar no processo de avaliação outros elementos que intervenham no processo formativo do formando, nos termos estabelecidos no número anterior.

#### Artigo 4.º - Avaliação Diagnóstica

1. A avaliação diagnóstica conduz à adoção de estratégias de diferenciação pedagógica e contribui para elaborar, adequar e reformular a planificação modular, facilitando a integração escolar do aluno, apoiando a orientação escolar e vocacional.
2. A avaliação diagnóstica deve incidir quer sobre as capacidades básicas dos alunos que se pensa estarem relacionadas com o sucesso, quer sobre os conhecimentos prévios diretamente relacionados com as aprendizagens que se pretendem promover.
3. Para a concretização da avaliação diagnóstica, pode recorrer-se a procedimentos informais, como por exemplo a observação e/ou procedimentos formais, tais como fichas de avaliação diagnóstica, tabelas de avaliação e de autoavaliação.
4. A avaliação diagnóstica deve ordinariamente ser realizada na primeira aula de cada módulo e pode ocorrer em qualquer momento do ano letivo quando articulada com a avaliação formativa.

#### Artigo 5.º - Avaliação Formativa

1. A avaliação formativa é contínua e sistemática e tem função diagnóstica, permitindo ao formador, ao formando, ao encarregado de educação e a outras pessoas ou entidades legalmente autorizadas obter informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens, com vista à definição e ao ajustamento de processos e estratégias.
2. A avaliação formativa consiste na recolha e tratamento, de uma forma sistemática e contínua, dos dados relativos aos vários domínios da aprendizagem - competências adquiridas, capacidades e atitudes desenvolvidas - com a finalidade de regulação e de orientação. Tem como objetivo contribuir para melhorar a aprendizagem em curso, informando o professor, os alunos e os encarregados de educação, sobre as condições em que essa aprendizagem está a decorrer, sendo valorizada a autoavaliação, de modo a permitir rever e melhorar os processos de trabalho e promover a evolução do aluno, nomeadamente ao longo de cada ciclo. Deste modo, as tarefas de aprendizagem propostas aos alunos passam a constituir, simultaneamente, atividades de aprendizagem e de avaliação do modo como esta decorre.
3. Assim sendo, a avaliação formativa:
  - a) é parte integrante do processo de ensino-aprendizagem;
  - b) não se destina a certificar e comprovar;
  - c) centra-se nos processos de aprendizagem;
  - d) torna o aluno protagonista da sua aprendizagem;
  - e) serve ao aluno para auto-regular as suas aprendizagens;

- f) serve ao professor para, através das informações colhidas, reorientar a sua atividade e tomar as decisões pedagógicas adequadas às necessidades e capacidades dos alunos (seleção dos métodos e recursos mais adequados);
- g) permite diferenciar o ensino;
- h) serve ao encarregado de educação para melhor acompanhar o seu educando, indo ao encontro das necessidades deste, e para cooperar com o trabalho da escola.

#### Artigo 6.º - Avaliação Sumativa

1. A avaliação sumativa tem como principais funções a classificação e a certificação, traduzindo-se na formulação de um juízo globalizante sobre as aprendizagens realizadas e as competências adquiridas pelos formandos.
2. A avaliação sumativa expressa-se na escala de 0 a 20 valores e, atendendo à lógica modular adotada, a notação formal de cada módulo, a publicar em pauta e a registar no livro de termos, só terá lugar quando o formando atingir a classificação mínima de 10 valores.

#### Artigo 7.º - Momentos de Avaliação

1. A avaliação sumativa ocorre no final de cada módulo, com a intervenção do formador e do formando e, após a conclusão do conjunto de módulos de cada disciplina, em reunião do Conselho de Curso.
2. Compete ao formador organizar e proporcionar de forma participada a avaliação sumativa de cada módulo, de acordo com as realizações e os ritmos de aprendizagem dos formandos.
3. Os momentos de realização da avaliação sumativa no final de cada módulo resultam do acordo entre cada formando ou grupo de formandos e o formador.
4. A marcação das avaliações deve ser coordenada entre todos os formadores de cada curso, para que, tanto quanto possível, não haja mais do que um momento de avaliação no mesmo dia, nem uma concentração excessiva de fichas de avaliação na mesma semana.
5. Os dias das fichas/testes de avaliação devem ser marcados, em tempo oportuno, no livro de ponto, designadamente na folha reservada para o efeito.
6. Todas as fichas de avaliação devem ser entregues aos formandos e corrigidas na sala de aula.
7. A contar da data de realização, os formadores devem, no prazo de oito dias úteis, no máximo, informar os formandos das classificações obtidas nas fichas de avaliação e consequentemente entregarem as respetivas pautas nos Serviços Administrativos da Escola.
8. Caso o formando falte a um momento de avaliação, a sua repetição só pode acontecer se o motivo da ausência for aceite e justificado pelo Coordenador de Curso, no estrito respeito pelo preceituado no Regulamento Interno da EPMJMAF.
9. Sem prejuízo do estabelecido no número anterior, o formando não pode ser prejudicado, pelo que tem direito à realização dos momentos de avaliação, quer ordinária (1.ª e 2.ª oportunidades), quer extraordinária (recuperação dos módulos realizados sem aproveitamento).
10. A avaliação de cada módulo exprime a conjugação da auto e heteroavaliação dos formandos e da avaliação realizada pelo formador, em função da qual este e os formandos

ajustam as estratégias de ensino-aprendizagem e acordam novos processos e tempos para a avaliação do módulo.

11. O formando pode requerer, nos termos definidos no n.º 4 do artigo 15.º, do presente Regulamento, a avaliação dos módulos nos quais não obteve aproveitamento, depois de realizada avaliação ordinária - 1.ª e 2.ª oportunidades.
12. A avaliação sumativa incide ainda sobre a FCT e integra, no final do 3.º ano do ciclo de formação, a PAP.

### Artigo 8.º - Conselho de Curso de Avaliação

1. As reuniões do Conselho de Curso de Avaliação são presididas pelo Coordenador de Curso, a quem cumpre determinar quando se iniciam e terminam as sessões de trabalho.
2. O Conselho de Curso de Avaliação reúne, pelo menos, três vezes em cada ano letivo.
3. Cabe à Direção Técnico-Pedagógica fixar as datas de realização dos conselhos de curso.
4. A avaliação realizada pelo Conselho de Curso é submetida à ratificação da Direção Técnico-Pedagógica, designadamente ao seu presidente.
5. Além da obrigatoriedade no que concerne ao oportuno e correto preenchimento, toda a documentação decorrente do Conselho de Curso de Avaliação carece de rigorosa confirmação por parte dos seus membros.
6. No Conselho de Curso, todos os formadores estão obrigados a participar, de forma ativa, na avaliação do aproveitamento, da assiduidade e do comportamento dos formandos, identificando as suas dificuldades, tendo em vista a definição de atividades de remediação e enriquecimento.
7. Para efeitos de avaliação dos formandos, o Conselho de Curso é constituído por todos os formadores do curso.
8. Sempre que, por motivo imprevisto, se verificar a ausência de um membro do Conselho de Curso, a reunião deve ser adiada, no máximo por quarenta e oito horas, de forma a assegurar a presença de todos.
9. No caso de a ausência a que se refere o número anterior ser presumivelmente longa, o Conselho de Curso reúne com os restantes membros, devendo o respetivo Coordenador de Curso dispor de todos os elementos referentes à avaliação de cada formando, fornecidos pelo formador ausente.
10. A deliberação final referente à avaliação formativa e à classificação quantitativa é da competência do Conselho de Curso, que, para o efeito, aprecia a proposta apresentada por cada formador, as informações que a suportam e a situação global do formando.
11. As deliberações do Conselho de Curso devem resultar do consenso dos formadores que o integram, admitindo-se o recurso ao sistema de votação quando se verificar a impossibilidade de obtenção desse consenso.
12. No caso de recurso à votação, todos os membros do Conselho de Curso devem votar mediante voto nominal, não sendo permitida a abstenção, sendo o voto de cada membro registado em ata.
13. A deliberação só pode ser tomada por maioria absoluta, tendo o Coordenador de Curso voto de qualidade em caso de empate.
14. Na ata da reunião do Conselho de Curso devem ficar registadas todas as deliberações e a respetiva fundamentação.

**CAPÍTULO II - Coordenador de Curso****Artigo 9.º - Competências**

1. Compete ao Coordenador de Curso, em articulação com a Direção Técnico-Pedagógica e estruturas pedagógicas intermédias, a programação, coordenação e execução, designadamente das seguintes atividades:
  - a) Fornecer aos formandos e aos seus encarregados de educação, pelo menos três vezes em cada ano letivo, informação global sobre o percurso formativo dos formandos, ultrapassando o atomismo da classificação módulo a módulo;
  - b) Proceder a uma avaliação qualitativa do perfil de progressão de cada formando e do curso, através da elaboração de um sucinto relatório descritivo que contenha, nomeadamente, referência explícita a parâmetros como a autonomia, assiduidade, pontualidade, postura, capacidade de aquisição e de aplicação de conhecimentos, de iniciativa, de comunicação, de trabalho em equipa e de cooperação com os outros, de articulação com o meio envolvente e de concretização de projetos.
  - c) Anexar ao relatório descritivo uma síntese das principais dificuldades evidenciadas por cada formando, com indicações relativas a atividades de remediação e enriquecimento;
  - d) Anexar ao relatório descritivo o perfil da evolução dos formandos, fundamentado na avaliação de cada módulo e na progressão registada em cada disciplina.

**Artigo 10.º - Critérios e Procedimentos de Avaliação**

1. No início das atividades escolares, a Direção Técnico-Pedagógica, ouvidos os formadores, os representantes dos formandos e as estruturas de gestão pedagógica intermédia, nomeadamente o Coordenador de Curso, define os critérios e procedimentos a aplicar tendo em conta a dimensão integradora da avaliação, designadamente:
  - a) As condições de desenvolvimento personalizado do processo de ensino-aprendizagem;
  - b) A dimensão transdisciplinar das atividades a desenvolver;
  - c) As competências a adquirir pelos formandos, tendo em vista o cumprimento do perfil de desempenho à saída do curso;
  - d) As estratégias de apoio educativo diferenciado;
  - e) A participação dos formandos em projetos de ligação entre a Escola, a comunidade e o mundo do trabalho.
2. Os critérios de avaliação, depois de aprovados, devem ser comunicados aos formandos no início de cada módulo pelo formador de cada disciplina.
3. Aquando da elaboração das fichas de avaliação, os formadores devem indicar, por questão, a cotação atribuída bem como elaborar os critérios de correção, por sua vez a divulgar oportunamente aos formandos.
4. Na sequência da correção dos testes ou de outros elementos de avaliação, os formadores devem indicar, por questão, a classificação atribuída.

**Artigo 11.º - Registo e Publicitação da Avaliação**

1. No final dos momentos de avaliação previstos no n.º 2 do artigo 7.º, é entregue aos formandos o relatório e respetivos anexos a que se referem as alíneas b) a d) do artigo 8.º.
2. No registo individual do percurso escolar de cada formando deve constar, designadamente:



- a) A identificação e classificação dos módulos realizados com sucesso em cada disciplina, bem como a classificação final das disciplinas concluídas;
  - b) A identificação e classificação da FCT desenvolvida com sucesso;
  - c) A identificação do projeto PAP e respetiva classificação final.
3. A Direção Técnico-Pedagógica, designadamente o seu presidente, ratifica e manda afixar, em local público, a pauta com as classificações obtidas pelos formandos nos módulos de cada disciplina.
4. No final de cada ano do ciclo de formação, são tornadas públicas as classificações das disciplinas concluídas.
5. No final do curso, as classificações da FCT e da PAP são tornadas públicas.

### **Artigo 12.º - Comunicação da Avaliação**

Sempre que o encarregado de educação desejar ser informado sobre a avaliação do seu educando, deve comunicá-lo ao Coordenador de Curso, com pelo menos cinco dias úteis de antecedência, para que este possa recolher as informações necessárias para o efeito.

Sempre que o Coordenador de Curso solicitar, todos os formadores devem disponibilizar, em devido tempo, a informação sobre o formando, tendo por base os critérios de avaliação previamente aprovados.

No fim de cada período, e até 48 horas de antecedência da realização do Conselho de Curso de Avaliação, todos os formadores devem, não só disponibilizar ao respetivo Coordenador de Curso todas as informações que aquele necessite, mas também proceder ao devido preenchimento da documentação decorrente do suprarreferido Conselho.

### **Artigo 13.º - Participação dos Formandos na Avaliação**

1. A participação dos formandos na avaliação traduz-se na sua autoavaliação, bem como, percorrido o plano de estudos, no conhecimento dos módulos realizados com e sem aproveitamento.
2. No âmbito do diagnóstico das dificuldades dos formandos e consequente definição das atividades de remediação e enriquecimento no Conselho de Curso de Avaliação, aqueles tomam conhecimento, por escrito, da sua aplicação e responsabilizam-se por participar, de forma empenhada, na construção do almejado sucesso escolar.

### **Artigo 14.º - Participação dos Encarregados de Educação na Avaliação**

1. A participação dos encarregados de educação na avaliação traduz-se no regular acompanhamento de todo o processo de aprendizagem dos seus educandos, conhecendo, percorrido o plano de estudos, os módulos realizados com e sem aproveitamento.
2. O encarregado de educação, do formando sujeito a atividades de remediação e enriquecimento, toma conhecimento, por escrito, da sua aplicação e responsabiliza-se por participar na supressão das dificuldades evidenciadas pelo seu educando.



**CAPÍTULO III - Avaliação Ordinária****Artigo 15.º - Segunda Oportunidade**

1. Realizada a 1.ª oportunidade, o formando tem direito à 2.ª oportunidade de avaliação, desde que:
  - a) Aplicados os critérios de avaliação definidos/aprovados para cada disciplina, o formando não obtenha classificação inferior a 8 valores, igual ou superior a 10 valores;
  - b) Uma vez afixada a pauta de avaliação modular correspondente à 1.ª oportunidade e nos dois dias úteis subsequentes à data da sua afixação, o formando faça o requerimento nos Serviços Administrativos da Escola, mediante pagamento de 2.00 €;
  - c) Estão isentos do pagamento referido no número anterior os formandos que não recebam a bolsa de formação;
  - d) Salvo casos de força maior, a analisar pelo Coordenador de Curso, o incumprimento do exposto na alínea anterior faz com que o formando transite, de imediato, para a avaliação extraordinária.

**Artigo 16.º - Avaliação Extraordinária**

1. O formando está sujeito à avaliação extraordinária quando:
  - a) Em resultado da 1.ª oportunidade de avaliação ordinária, obteve classificação final inferior a 8 valores;
  - b) Em resultado da 2.ª oportunidade de avaliação ordinária, obteve classificação final inferior a 10 valores;
  - c) Não cumpriu o estabelecido na alínea b) do n.º 1, do artigo 15.º;
  - d) Faltou injustificadamente ao mecanismo de recuperação;
  - e) Faltou injustificadamente a momentos de avaliação da 1.ª ou 2.ª oportunidade de avaliação ordinária;
  - f) Sem prejuízo do estabelecido na alínea anterior, não está sujeito a avaliação extraordinária o formando que, embora tenha faltado injustificadamente a momentos de avaliação previstos no âmbito da 1.ª ou 2.ª oportunidade, consiga, mesmo assim, a classificação final igual ou superior a 10 valores;
  - g) Revele comportamento fraudulento, em qualquer momento de avaliação das aprendizagens;
  - h) Manifesta interesse em fazer melhoria de nota.
2. Cabe à Direção Técnico-Pedagógica definir, não só os calendários de avaliação extraordinária, onde constam os períodos de recuperação dos módulos realizados sem aproveitamento, mas também as condições de candidatura às provas de recuperação.
3. Todo o trabalho de preparação para se submeterem às provas de avaliação extraordinária é da inteira responsabilidade dos formandos que, para esse efeito, podem contactar os respetivos formadores no sentido de estes lhes proporcionarem possíveis explicações e fornecerem eventuais pistas de estudo.
4. Os formandos sujeitos à avaliação extraordinária estão obrigados a requerê-la nos Serviços Administrativos da Escola, no período definido pela Direção Técnico-Pedagógica.
5. O incumprimento do estabelecido no número anterior impede o formando de realizar a avaliação extraordinária.

6. Por cada módulo requerido no âmbito da avaliação extraordinária implica que o formando pague o montante de € 5,00 e de 15€ para os exames motivados pela falta de assiduidade (alínea d) do n.º 1). O pagamento da quantia em dívida deve acontecer durante o período definido pela Direção Técnico-Pedagógica e destina-se a suportar as despesas afetas ao processo.
7. Por cada módulo requerido para efeitos de melhoria de nota, o formando está sujeito ao pagamento de € 10,00 e destina-se a suportar as despesas afetas ao processo.
8. O incumprimento do definido no número anterior, ou a entrega do requerimento, nos Serviços Administrativos, fora do prazo fixado pela Direção Técnico-Pedagógica, impede o formando de realizar a melhoria de nota.
9. A avaliação extraordinária concretiza-se nos seguintes momentos:
  - a) Na interrupção letiva da Páscoa, para os formandos do 1.º ano;
  - b) Nas interrupções letivas do Natal e da Páscoa, para os formandos do 2.º e 3.º anos, a menos que o segundo momento de avaliação extraordinária (Páscoa) coincida com a Formação em Contexto de Trabalho;
  - c) No mês de Setembro (designadamente durante os dias que antecedem o arranque do ano letivo), quer para os formandos que iniciam o 2.º e 3.º anos do curso, quer para os formandos que, no mês de Julho anterior, concluíram o ciclo de formação.
  - d) Além do referido nas alíneas anteriores, a Direção Técnico-Pedagógica pode agendar outros momentos de avaliação extraordinária, no sentido de potenciar o aproveitamento escolar dos formandos.
10. Sem prejuízo do definido na alínea c) do número anterior, os formandos, que terminaram sem sucesso o ciclo de formação, dispõem ainda de dois momentos de avaliação extraordinária, a fim de concluírem, com aproveitamento, os cursos frequentados.

### Artigo 17.º - Avaliação Extraordinária Suplementar

1. Esgotados os momentos de avaliação previstos no número 10 do artigo anterior, os formandos, que não terminaram o ciclo de formação, podem requerer a realização dos módulos em atraso, de acordo com os calendários de avaliação extraordinária aprovados pela Direção Técnico-Pedagógica, mediante requerimento a apresentar ao Diretor Técnico-Pedagógico.
2. A decisão de aceitar o requerimento apresentado pelo formando está dependente:
  - a) da análise do perfil de progressão do formando ao longo do ciclo de formação;
  - b) da disponibilidade de formadores para elaborar e corrigir as provas de avaliação extraordinária requeridas;
  - c) do número de módulos sem aproveitamento;
  - d) da conclusão com aproveitamento da Prova de Aptidão Profissional e da Formação em Contexto de Trabalho;
  - e) dos normativos legais em vigor.
3. A decisão é comunicada ao formando, pelo meio mais expedito, antes do início dos momentos avaliação indicados no número anterior.
4. Os formandos admitidos à Avaliação Extraordinária Suplementar estão sujeitos às épocas, normas e procedimentos previstos no artigo anterior.

5. Por cada módulo requerido no âmbito da avaliação extraordinária suplementar implica que o formando pague o montante de € 40,00. O pagamento da quantia em dívida deve acontecer durante o período definido pela Direção Técnico-Pedagógica e destina-se a suportar as despesas afetas ao processo, nomeadamente a elaboração e correção das provas de avaliação extraordinária.
6. Os formandos que faltem injustificadamente aos momentos de avaliação extraordinária suplementar ficam impedidos de realizar os módulos sem aproveitamento em épocas posteriores.

#### Artigo 18.º - Conclusão do Curso

1. A conclusão com aproveitamento de um curso profissional obtém-se pela aprovação em todas as disciplinas do curso, na FCT e na PAP.

#### Artigo 19.º - Classificações

1. A classificação das disciplinas, da FCT e da PAP expressa-se na escala de 0 a 20 valores.
2. A classificação final de cada disciplina obtém-se pela média aritmética simples, arredondada às unidades, das classificações obtidas em cada módulo.

#### Artigo 20.º - Classificação Final do Curso

1. A classificação final do curso obtém-se mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = [2MCD + (0,3 FCT + 0,7 PAP)] / 3$$

Sendo:

**CF**= classificação final do curso, arredondada às unidades;

**MCD**= média aritmética simples das classificações finais de todas as disciplinas que integram o plano de estudos do curso, arredondada às décimas;

**FCT**= classificação da formação em contexto de trabalho, arredondada às unidades;

**PAP**= classificação da prova de aptidão profissional, arredondada às unidades.

#### Artigo 21.º - Reclamações e Recursos

- 1- As reclamações ou recursos interpostos sobre matéria de avaliação interna dos formandos são resolvidos, com as necessárias adaptações, de acordo com a regulamentação congénere aplicável aos cursos tecnológicos do nível secundário de educação.

#### Artigo 22.º - Revisão do Regulamento de Avaliação das Aprendizagens dos Formandos

1. Em cada ano letivo, o Regulamento de Avaliação pode ser objeto de retificação, de modo a garantir-se a eficiência na resposta aos desafios colocados à EPMJMAF.
2. A iniciativa de introduzir alterações ao Regulamento de Avaliação das Aprendizagens, assim como a sua aprovação, cabe à Direção Técnico-Pedagógica da EPMJMAF, que, para tal, pode ouvir o Conselho Pedagógico, os conselhos de curso ou outros.

#### Artigo 23.º - Disposições Finais

1. No âmbito das aprendizagens dos formandos, além da avaliação dos saberes e competências inscritos nos perfis de desempenho à saída dos cursos, é dever, de cada um

- dos intervenientes no processo de avaliação, avaliar as atitudes, os valores e comportamentos, de modo a educar para o responsável exercício da cidadania.
2. Deste Regulamento, é dado conhecimento a todos os formandos, formadores e encarregados de educação.
  3. Qualquer situação omissa neste Regulamento é, sempre que necessário, resolvida pela Direção Técnico-Pedagógica, de acordo com as suas competências, e/ou pela legislação vigente e aplicável ao ensino profissional.
  4. O presente Regulamento de Avaliação foi aprovado pela Direção Técnico-Pedagógica na sua reunião de 22 de setembro de 2017, pelo que entrará imediatamente em vigor, vinculando todos os intervenientes no processo de avaliação.

Vila da Povoação, 22 de setembro de 2017

A Direção Técnico-Pedagógica

**O Diretor Geral**

\_\_\_\_\_  
(Octávio Henrique Ribeiro de Medeiros)

**O Diretor Técnico-Pedagógico**

\_\_\_\_\_  
(Tiago João da Costa Santos)

**A Coordenadora de Curso**

\_\_\_\_\_  
(Márcia de Fátima Silva)

**O Coordenador de Curso**

\_\_\_\_\_  
(Aurélino Torres Aguiar)

**O Coordenador de Curso**

\_\_\_\_\_  
(Nuno Miguel da Costa Oliveira)

**O Coordenador de Curso**

\_\_\_\_\_  
(Ricardo Jorge Paiva Pimentel)